

NOTÍCIAS AFRICANAS 43

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

3 A 9 DE JANEIRO DE 1994

ANGOLA

O retorno às negociações após otimismo de final de ano

Os observadores internacionais do processo de paz angolano manifestaram total apoio ao representante especial da ONU para Angola, Alioune Beye, que tem buscado incessantemente o reatamento das negociações entre o governo e a Unita. O aviso emitido por Estados Unidos, Rússia e Portugal são indicadores aos dois beligerantes de que ambos devem voltar a Lusaca com real intenção de acordar o cessar-fogo, bem como estabelecer uma plataforma segura para a manutenção da paz.

O ataque das Forças Armadas Angolanas (FAA) ao Cuíto, que acabou por gerar a suspensão das negociações em Lusaca, parece ter sido superado. Mesmo tendo em conta o natural excesso de otimismo das mensagens de final de ano do presidente angolano e do líder da Unita, podemos esperar para breve o reatamento das conversações.

José Eduardo afirmou que a paz está mais próxima do que antes das reuniões de Lusaca e espera que o reinício das negocia-

ções possibilitem a curto prazo o cessar-fogo em todo o território. Paralelamente, surgiram as primeiras informações de uma possível reforma governamental como resposta às acusações de corrupção feitas ao governo (Notícias Africanas, 42).

A atitude do governo objetivaria não só dar uma satisfação à população despossuída das principais cidades, que têm maior contato com as riquezas ostentadas por funcionários, mas também melhorar a imagem do governo junto aos observadores internacionais.

Jonas Savimbi, por sua vez, chegou ao exagero de na sua mensagem de fim de ano declarar que pretende uma aproximação não só com as demais lideranças da oposição, como Holden Roberto, mas também com os governos português e brasileiro. Propondo uma superação das intrigas e desentendimentos, principalmente em relação a esses dois países, Savimbi buscou rascurhar uma política externa amistosa com relação a todos aqueles que possuem laços e

proximidade com Angola. O líder da Unita afirmou ainda estar confiante no retorno às negociações e admitiu estar ansioso para assinar o acordo de cessar-fogo.

Por mais que desejemos um ano próspero e, antes de tudo, soluções concretas e duradouras para o conflito angolano, não podemos deixar de questionar e até mesmo olhar com certa ironia para as intenções manifestadas pelo líder da Unita, que fala como se a simples mudança de calendário fosse capaz de alterar suas convicções e a de seus oponentes.

Quanto mais se arrastam as negociações angolanas mais nos fortalece a certeza de que qualquer solução realista que venha a ser acordada só acontecerá quando se resolver a situação política, ainda em andamento, na maior potência regional da África Austral: a África do Sul.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEEA)

MOÇAMBIQUE

César, Judas, Pilatos, lobos... e a partilha do Estado

Foi-se o tempo em que a Frelimo se definia como movimento revolucionário. Com a derrocada do colonialismo português, a conquista da independência e unidade nacionais e as pressões e desestabilizações vindas de todos os lados, o projeto nacionalista no poder, com base numa fictícia aliança operário-camponesa, ideologicamente instrumentalizou e "legitimou" o poder contra os inimigos do povo. Entre eles pequenos burgueses ou a "burguesia nacional", que estariam sempre prontos para sabotagens e em oposição constante aos propósitos e finalidades frelimistas.

O avanço do processo revolucionário foi sempre seguido (ou perseguido) pela maior agressividade estrangeira e pelo crescente agravamento da situação interna - saques, desordens, violências, destruição de muitas atividades produtivas e comerciais, êxodo de milhares de pessoas etc. Nesse conturbado contexto, empresas e propriedades rurais e urbanas passaram a ser consideradas abandonadas, quando não utilizadas durante 90 dias. Na ausência de reclamações por parte dos proprietários, os prédios, empresas, estabelecimentos comerciais, unidades agrícolas e pecuárias entre outras foram apropriadas pelo Estado. Registra-se que no mar revolto das denúncias houve muitas vinganças e ambições, mas também foram devidamente atingidos inúmeros interesses de exploradores coloniais que durante séculos em nada contribuíram para o bem-estar da população moçambicana.

Em Lourenço Marques, por exemplo, onde se concentrava a maioria dos europeus, asiáticos e seus originários, reproduziam-se vícios, desigualdades e discriminações oriundas da situação colo-

nial e, especificamente, da espoliadora estrutura de propriedade e rendimentos. A minoria privilegiada dividida a "cidade de cimento", em clubes particulares de base económica, étnica, racial, regional e religiosa e, nas vastidões insalubres dos subúrbios, segregou a imensa maioria em "bairros de caniço".

Abusos certamente houve, como rapinagem e corrupção há nas atuais privatizações. Por outro lado, devemos reconhecer a ética daquela atitude eivada de lastro revolucionário, assim como devemos pesar e distinguir cuidadosamente as atuais ações para recuperar os bens tidos como "injustamente expropriados pela Frelimo" que milhares de membros da Associação dos Proprietários Moçambicanos de Bens Nacionalizados reivindica sob o lema "A César o que é de César", pois parece também haver Judas, Pilatos, lobos...

De qualquer forma, a resistência do governo a rever a questão não eliminará a "querela das casas", problema já levantado pela Renamo. Certamente permanecerá como um tema explosivo na política moçambicana, que elege o Estado como a besta-fera ou o bezerra de ouro que poucos idolatram e que quase todos malham, como o grande Judas dilacerado e distribuído em pedaços (sendo os melhores para uma parcela seleta dos atuais membros do governo).

A agressividade da oposição talvez esteja nisso, já que parece não mais tolerar ser espectadora distante. Concorre então a um papel na partilha do Estado antes que se acabem as partes mais nobres.

Edson Borges
(Pesquisador do CEEA)

- Um Natal cheio de truques 3
- Les négociations entre le gouvernement et l'Unita pourraient aboutir à un cessez-le-feu dans les prochaines semaines 4
- 'Troika' preocupada com Angola 4
- Governo prepara remodelação 5
- Agitação militar em Angola 5
- A festa por entre a miséria 6
- Savimbi aposta no governo português 6
- O funeral do apartheid 7
- Ansiedade domina o novo ano 8
- Crise no MPD 9
- Expropriados reclamam casas 10
- África quase não fala de 'prevenção' 11
- O dilema de Sócrates 12
- A conversão dos dicionários 13
- A angústia dos editores antes do acordo 13
- Resistências parlamentares 13
- Marconi reforça presença na África 14



vozes em português

Germano de Almeida*

O nosso deputado

PÚBLICO, 2.1.94

Ele era incontestavelmente um homem fino, culto, informado, brilhante. Não era aquela aparência de brilho caracterizada pelos gestos largos e palavra fácil e expressão sorridentemente arrogante, mas o brilho da simplicidade, da simpatia, das palavras ao alcance de todos, da cortesia ponderada.

Quando chegou disse-se deputado, adepto do Sporting e doutor em qualquer coisa, e intuímos que seria doutor em economia porque falou do seu curso, da sua luta antifascista e dos colegas cabo-verdianos com quem tinha corrido à frente dos polícias de choque. Dois que agora são ministros estudaram com ele, um terceiro por acaso foi seu aluno. E falou com a vontade de direito, de literatura, de política, principalmente de política.

Ele era modesto, quase humilde. Foi mesmo envergonhado que referiu, ainda assim muito vagamente, ter sido membro de um dos vários governos do Portugal pós-1974. Quase à força, detesta lugares de destaque. Mas foi obrigado a aceitar por seis meses, não teve outra saída porque os outros, os da cúpula, lhe diziam: Não andas por aqui a mandar vir? Agora é a tua vez de dares o teu contributo...

É certo que ao longo do fluente discurso fomos notando "pequenas" contradições. A primeira terá sido quando "participou" no congresso constitutivo do PS em 1973. Era ainda em plena repressão fascista e, não obstante a pequena abertura de Marcelo Caetano, conseguir chegar à Alemanha tinha sido obra. Por isso não tinham ido muitos, ele foi um dos poucos a conseguir lá chegar.

Mas horas depois veio a propósito e ele falou de Angola, onde tinha feito a tropa. Sempre tinha sido um homem da esquerda, mas nunca pertencera à esquerda totalitária, manteve sempre a lucidez suficiente para recusar as teorias extremistas, até pelo facto de ser católico praticante, descendente de uma família progressista, mas religiosa. E assim, nunca tinha chegado a militar no velho PC, aguardou sempre porque sabia que um dia chegaria a hora do socialismo em liberdade. Mas, azar dos azares, quando da fundação do seu partido ele estava em Angola, na tropa, estão a imaginar!, demasiado longe para chegar à Alemanha... Uma pausa profunda da sua parte, os nossos olhares expectantes nele convergidos, a fatal pergunta aflorando os nossos lábios, mas afinal de contas, você foi ou não foi ao congresso?

Mas onde agora a falta de humanidade suficiente para uma tal questão a um homem tão chão, sério até no vestir, porque, não obstante o intenso calor, ele tinha recusado a oferta do nosso desportivismo abandonado e nem quis imitar o ministro em camisa, fazendo antes questão de se apresentar de fato e gravata na palestra que proferiu nos paços do concelho, é apenas um hábito, justificou-se e nós aceitámos, da minha parte e de moto próprio meti as fraldas para dentro das calças, sempre dá um ar de mais solenidade...

Pertencia àqueles do seu partido que apoiam o nosso e por isso manifestou-se preocupado com os erros que estamos cometendo e que por sinal são iguazinhos aos que o seu PS tinha cometido depois de 1975: afastar-se do eleitorado, encher o governo de independentes, não explicar ao eleitorado o não cumprimento em devido tempo das promessas, não ouvir o partido, as bases do partido. Porque na base é que está a força, o dirigente que não tem a confiança das bases não é nada. E sobretudo evitar a arrogância, a arrogância é que mata os políticos. Porque chegam ao poder e logo pensam que viraram deuses.

Mas é preciso ter cuidado com o militante de base, porque ele nunca se esquece que foi ele que colocou o outro no poder e por isso deve ser tratado com respeito, deve ser ouvido... Nenhum militante compreende o membro do seu governo que fica sem tempo para o partido, que deixa de aparecer às reuniões das bases do partido. E também falou da cumplici-

dade: tem que haver espírito de partido porque o partido deve ser como uma grande e unida família, e sobretudo tem que haver uma única linguagem, dois dirigentes não podem ter opiniões públicas divergentes sobre o mesmo assunto que interessa ao partido, sob pena de provocarem o desorientamento das bases...

De facto, quando ele ligou o "congresso" a "Angola" houve um momento de um ligeiro constrangimento. Tinha-lhe oferecido de jantar na minha casa, após a harmoniosa música das suas palavras e creio que ficámos um breve instante de garfo no ar. Mas hoje acredito que apenas pensávamos na longa caminhada que representa ir de Luanda a Bona, tanto mais que ele também ficou de repente estático, em profunda introspecção que reverenciámos parados de mastigar, a galinha assada esfriando no prato, o vinho branco aquecendo nos copos, e todos suspirámos à uma quando ele regressou da longa viagem em que por instantes se tinha mergulhado para murmurar como num sonho de grande sofrimento, assim um filho que chora a sua mãe: Angola! Eu amo aquela terra...

Respeitámos aquela dor com o nosso silêncio, até que ele sorriu de novo, também acredita nos amanhã que cantam, disse, está certo de que os angolanos encontrarão o seu caminho, e bebeu um breve gole de vinho e começou falando de Angola, da sua prisão na Angola colonial-fascista, condenado que tinha sido a 16 anos de prisão, não obstante a brilhante defesa de Salgado Zenha, mandado de Lisboa de propósito...

Não tem vergonha de o confessar, constatou que é covarde, que tem medo da dor física, um medo atroz, e assim logo as primeiras bordoadas papagueou tudo, disse tudo o que sabia, e por isso confessava a sua mais profunda admiração pelos grandes homens do Velho Partido que tinham aguentado longos anos de prisão e tortura, há mesmo um que esteve preso 24 anos e saiu ainda mentalmente ileso, no pleno uso de todas as suas faculdades, ele tinha estado apenas três mas sabia que, se ficasse mais, certamente teria morrido de tédio e outras loucuras...

Olhávamos para ele enternecidos, todos comungantes dessa mesma admiração sem limites. Homem mais franco aquele, de convicções profundamente enraizadas, tão consciente da sua própria covardia natural, como do valor de outros homens nessa já antiga luta pela dignificação do homem... É um outro herói, devemos ter pensado. Só um herói se permitiria confessar-se assim covarde e sem dúvida que essa confissão de covardia não é senão o superior reconhecimento de um espírito aberto às mais que humanas limitações... Heróico até na maneira como publicamente se tinha penitenciado do seu apoio à UNITA. Tinha estado duas vezes na Jamba. Chegou mesmo, imaginem!, a comparar o Savimbi ao Senghor, de tal modo o homem o tinha impressionado. Mas hoje fazia "mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa", porque Savimbi revelara-se um déspota sanguinário, um louco, um inimigo do povo angolano que ele tanto ama...

Mas não se passaram mais que três dias. Primeiro foi o telefone e depois uma carta sem remetente e depois os jornais e a rádio e a televisão: Não passa de um impostor! Impostor, vigarista, burlão, acrescentaram todos, milhares de contos em cheques sem cobertura e outras falcatruas, a única verdade era ser adepto do Sporting.

Eu ri-me em francas gargalhadas, que maravilha de homem! Como não me sinto enganado, defraudado, perguntam-me, e todos se dizem incrédulos quando respondo, de forma alguma, continuo com a mesma admiração pelas suas palavras. Apenas me sinto curioso. Porque fiquei sem saber o que ele queria de nós, se por acaso queria alguma coisa. E por isso não me importava mesmo nada de o encontrar mais uma vez. ■

*escritor cabo-verdiano

Les négociations entre le gouvernement et l'UNITA pourraient aboutir à un cessez-le-feu dans les prochaines semaines

LE MONDE, 27 12 93

Les discussions entre les délégations du gouvernement angolais et de l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA), organisées dans le plus grand secret à Lusaka, capitale de la Zambie, depuis le 15 novembre, ont mené à d'importants progrès. Elles pourraient aboutir à un cessez-le-feu dans les premières semaines de l'année nouvelle.

LUSAKA (Zambie)

de notre envoyé spécial

Ce fut sans doute le point de l'ordre du jour le plus rapidement réglé : mercredi 22 décembre, les négociateurs de l'UNITA et du gouvernement de Luanda qui, sous l'égide de l'ONU, tentent de mettre fin au terrible conflit angolais, se sont mis d'accord sur le désir de passer Noël et le Jour de l'an en famille. Deux jours plus tard, à quelques heures d'intervalle, les deux délégations quittaient Lusaka après cinq semaines de discussions quasi ininterrompues.

Cette suspension, intervenue quelques jours seulement après que l'UNITA eut accusé les troupes gouvernementales d'avoir tenté une opération aérienne pour assassiner son chef, Jonas Savimbi, n'a pas manqué de susciter quelques doutes sur la poursuite du processus. Le représentant des Nations unies en Angola, Alioune Blondin Beye, a assuré vendredi, au cours d'une conférence de presse à Lusaka, que ces réserves n'étaient pas justifiées. Selon lui, les négociations devraient reprendre le 5 janvier et se conclure positivement, à une date encore indéterminée mais proche.

Depuis la reprise des combats, en octobre 1992, c'est la première fois que la paix semble à portée de main. A trois reprises, les négocia-

tions avaient avorté. La dernière fois, l'UNITA avait refusé de se retirer des villes et des territoires qu'elle occupe. Ce point délicat semble maintenant réglé : au cours des dernières semaines, le mouvement de M. Savimbi a accepté le principe de la démobilisation et du désarmement de ses troupes. La chose faite, ces dernières seront encasernées pour une durée temporaire. Une partie des soldats de l'UNITA devraient par la suite rejoindre la nouvelle armée angolaise, dont la mise sur pied commencera après la signature formelle de l'accord en cours de discussions.

Garantie de l'ONU

Toute l'opération devrait se faire sous la garantie de l'ONU. L'organisation internationale contrôlera les casernes où seront regroupés les soldats de M. Savimbi ; la présence des «casques bleus» devrait interdire que les troupes de Luanda réinvestissent le terrain rendu libre par le retrait de leur adversaire. La mission de l'ONU ne se terminera que lorsque le pouvoir angolais pourra réintégrer toutes ses responsabilités, l'administration civile ayant incorporé des fonctionnaires de l'UNITA et la nouvelle armée étant sur pied.

Par bien des aspects, ce plan ressemble à celui mis en place à l'issue des accords d'Estoril, qui, en 1991, étaient censés mettre fin à seize ans de guerre civile. Il diffère cependant sur un point essentiel. A l'époque, l'ONU, qui n'avait qu'une mission d'observation, n'avait déployé que quelques centaines de soldats. La faiblesse de ces effectifs avait interdit d'imposer le désarmement que l'UNITA ne respectait pas.

Cette fois, il est question de confier aux Nations unies un rôle moins passif ; cinq mille à dix mille «casques bleus» devraient être

mobilisés. Ce qui, après le borbier bosniaque, les difficultés somaliennes, les prudences haïtiennes et les lenteurs mozambicaines, est loin d'être évident.

Les deux parties sont également convenues de la nécessité de désarmer les civils. Des centaines de milliers d'armes sont dispersées dans tout le pays - on parle de sept cent mille rien qu'à Luanda - et l'opération ne pourra qu'être lente et délicate. L'accord sur la police n'est en revanche pas encore finalisé, bien que l'on assure, du côté des négociateurs, qu'il est en bonne voie.

La création d'une force de police anti-émeutes, à la veille des élections gâtées de septembre 1992, avait suscité la colère de l'UNITA, qui y voyait une tentative du gouvernement de contourner le contenu des accords de paix signés un an auparavant. L'affaire n'avait pas été pour peu dans le raidissement des deux protagonistes. Aujourd'hui, l'UNITA serait sur le point d'accepter le maintien de cette force de police, à condition qu'elle puisse participer à son contrôle et y fonder une partie de ses troupes.

Pas de nouvelles élections

Demeure en discussion tout ce qui, dans l'ordre du jour, relève de la rubrique «réconciliation nationale». Il y a encore quelques mois, l'UNITA réclamait un gouvernement de transition d'une durée de vie de deux ans, l'annulation des résultats électoraux jugés frauduleux et la préparation de nouvelles élections. On n'en est plus là. Il est aujourd'hui question d'un gouvernement dont le noyau serait constitué par l'équipe actuellement au pouvoir à Luanda, mais qui s'ouvrirait à plusieurs ministres issus de l'UNITA.

La discussion porte sur les por-

tefeuille qui lui seront concédés. Il semble acquis qu'ils le seront dans des domaines qualifiés d'«importants». Dans l'armée, plusieurs généraux de l'UNITA devraient accéder à des postes de haute responsabilité. Le général Arlindo Pena, «Ben Ben», neveu de M. Savimbi et chef d'état-major de ses forces, semble assuré de devenir le chef d'état-major adjoint de la nouvelle armée. L'UNITA n'a pas remis en cause le statut du chef de l'Etat, le président José-Eduardo Dos Santos. Bien que soumis à l'exigence d'un second tour, qui n'a jamais eu lieu pour cause de reprise de la guerre, le président, par la vertu d'un amendement provisoire à la loi électorale, devrait rester chef de l'Etat jusqu'à expiration de son mandat théorique, dans quatre ans.

Quant au statut de M. Savimbi, il est toujours en discussion. Il semble prévu de lui accorder immunités et privilèges, afin de faire de lui une personnalité apte à remplir certaines fonctions de prestige qui restent à définir. Dans l'état actuel des choses, personne n'a intérêt à se soumettre à des élections : ni l'UNITA, qui peut craindre la désaffection d'un électoral qui la rendrait responsable de la reprise des hostilités, ni le gouvernement qui, étant donné le désenchantement général, ne réalisera pas son score de l'an dernier.

Un certain optimisme régnait vendredi à Lusaka sur la suite des négociations, les observateurs espérant que le dossier serait définitivement bouclé à la fin de janvier. Si tel était le cas, les états-majors des deux armées se réuniraient dix jours plus tard pour mettre au point les dernières modalités techniques. Cinq jours après, l'accord final serait signé. Dès cet instant, le cessez-le-feu entrerait solennellement en vigueur.

GEORGES MARION

'Troika' preocupada com Angola

PÚBLICO, 28 12 93

PORTUGAL, OS Estados Unidos e a Rússia, países observadores do processo que visa conseguir a paz em Angola, disseram ontem à tarde que a situação militar naquele país continua a ser "uma fonte de preocupação" dado que ainda se registam acções ofensivas em diversas regiões.

Numa declaração conjunta distribuída em Lisboa pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, os observadores das negociações que de 15 de Novembro a 24 de Dezembro decorreram em Lusaca disseram que tais acções militares "põem em perigo o processo de paz e comprometem seriamente programas de auxílio humanitário, ocasionando por es-

sa forma o sofrimento e a morte de milhares de angolanos".

Perante tais circunstâncias, os governos de Portugal, dos EUA e da Rússia apoiaram a decisão do representante especial para Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, concordando com uma curta pausa nas negociações, até 5 de Janeiro; e pediram às delegações do governo angolano e da UNITA que informem as respectivas chefias, em Luanda e no Huambo, do impacto negativo que a continuação das acções militares terá nas possibilidades de êxito das negociações.

Os mesmos países apoiaram a solicitação do Conselho de Se-

gurança para que o governo de Angola e o partido de Jonas Savimbi "exercem o máximo de contenção e ponham imediatamente fim a todas as acções militares, por forma a evitarem mais sofrimentos para as populações civis". E exortaram as duas partes a regressarem a Lusaca "preparadas para rapidamente chegarem a acordo sobre as questões ainda pendentes, com vista a alcançarem uma solução pacífica".

Do conteúdo da declaração depreende-se que os trabalhos deverão, em princípio, ser reatados na capital zambiana, sem se concretizar uma transferência que chegara a ser alvitada para São Tomé e Príncipe. ■



LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259



A festa por entre a miséria

PÚBLICO, 2 1 94

MERGULHADOS no luto e na miséria, os angolanos não deixaram, porém, passar em branco os habituais festejos de Ano Novo e deram largas à sua habitual exuberância, devendo a farra durar até amanhã de madrugada. Nos primeiros instantes do dia 1 de Janeiro, amigos e familiares envolveram-se no velho kandando (um abraço) das boas entradas, lançaram-se fogos-de-artifício e os disparos ininterruptos de armas ligeiras — e mesmo as rajadas de metralhadora — ecoaram pelas cidades.

Psicologicamente abaladas por uma guerra que já causou vítimas em quase todos os lares, as famílias reuniram-se em quintais ou apartamentos para erguer a taça de espumante, ritual que variou segundo a bolsa de cada um e deixou mais visível a enorme diferença que separa os agregados abastados dos milhões de pessoas que sobrevivem nas condições de deslocados de guerra.

Para os luandenses que levam uma vida desafogada, não custou desembolsar 100 dólares (perto de 18 contos) para o "réveillon" do Hotel Presidente ou do navio-hotel grego Westminster, o local "in" dos novos ricos caman-

guistas (traficantes de diamantes). Mas a esmagadora maioria dos cidadãos, não fosse o diabo tecê-las, optou por ficar em casa. Outros preferiram o repouso da solidão nas praias do Mussulo, mas, ainda assim, os numerosos "dancings" espalhados por Luanda abarrotaram de jovens.

Na ressaca das festas, muitos foram os convivas atraídos para os quintais das vivendas, onde ainda se dançava em muitos bairros da capital. É a tradicional continuação das noites de folia, já depois de os farristas se terem retemperado com um escaladante muzongué (caldo de peixe com gindungo e limão). E a festa poderá durar até amanhã de madrugada, deixando uma segunda-feira com as repartições públicas e as empresas praticamente vazias.

Comparados com os estragos dos festejos de Natal — cerca de 40 mortos —, os do fim do ano causaram muito menos vítimas. Em Luanda, segundo o comando da polícia, até ontem haviam sido registadas apenas cinco mortes e, no resto, do país a Rádio Nacional assegurou que não ocorreram distúrbios com consequências mortais durante as celebrações da passagem de ano.

Meio milhão de mortos

Enterrado 1993 — um ano para esquecer, com 500 mil mortos, três milhões de deslocados e 100 mil crianças de rua —, as esperanças dos angolanos concentram-se agora novamente nas negociações de Lusaca, que, em princípio, deverão ser retomadas durante a semana que ora principia.

Do Huambo, onde esteve reunida a Comissão Política da UNITA, já partiram sinais positivos nesse sentido, secundados por declarações do Presidente angolano na sua mensagem ao país, no dia 30. Deixando implícito que a paz já esteve mais distante, José Eduardo dos Santos sublinhou a necessidade de uma maior responsabilidade da comunidade internacional num cenário pós-guerra: "É imprescindível definir períodos realistas de preparação e execução das tarefas organizativas a serem empreendidas pelo Governo, pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional, para assegurar a implementação do futuro entendimento político entre o Governo e a UNITA."

Alioune Blondin Beye, representante especial em Angola do secretário-geral das

Nações Unidas, afirmou também ter recebido por escrito garantias do líder da oposição, Jonas Malheiro Savimbi, quanto ao regresso às conversações daqui a três dias. Por outro lado, as duas equipas negociais teriam já recebido, no período de defeso, as instruções necessárias para desbloquear as dificuldades que poderão surgir na discussão sobre a reconciliação nacional. E isto apesar de ontem o matutino estatal "Jornal de Angola" ter atribuído a Faustino Muteka, chefe da delegação governamental, afirmações no sentido de que a questão do cessar-fogo ainda não fora ultrapassada em Lusaca.

Observadores em Luanda são, contudo, da opinião de que a relativa acalmia que se vive nas frentes de combate poderá ajudar a criar um ambiente menos crispado quando for retomado o diálogo, apesar de a Rádio Nacional ter atribuído ontem à UNITA a responsabilidade de um ataque a uma coluna de infantaria das forças governamentais, na localidade de Kizanga, a cinco quilómetros da cidade de Malanje. ■

Aguilar dos Santos,
em Luanda

Em vésperas da nova ronda de Lusaca

Savimbi aposta no governo português

PÚBLICO, 3 1 94

Jorge Heitor

A esperança numa melhoria das relações com o governo de Cavaco Silva e a mão estendida a Holden Roberto e a Daniel Chipenda são algumas das novidades contidas na mensagem de Ano Novo ontem divulgada por Savimbi, que garante a partida imediata para Lusaca dos negociadores da UNITA. E o desejo de assinar um cessar-fogo global.

Jonas Savimbi disse, em mensagem de Ano No-

vo a que o PÚBLICO teve acesso na íntegra, esperar que em 1994 as suas relações com o governo português melhorem, pois isso "é no interesse dos dois povos" e poderá facilitar a paz em Angola.

"As nossas relações têm sido muito difíceis e isto tem complicado imenso o processo de negociação", sublinhou o líder da oposição angolana, segundo o qual "Portugal tem uma carta importante para poder encontrar uma concordância; pelo menos procurar um entendimento com a UNITA. E o seu embaixador em Luanda [Rocha Páris] tem uma grande capacidade de dialogar".

Quanto ao Brasil, reconheceu que muitas vezes as atitudes da UNITA "não foram as mais indicadas" e manifestou igualmente a esperança de que este ano as

relações sejam melhores.

Por outro lado, Savimbi afirmou que a delegação do seu partido prestes a regressar a Lusaca vai "consultar constantemente" o presidente da FNLA, Holden Roberto, "o irmão" Daniel Júlio Chipenda (pertencente à "grande família" do MPLA), e "todos os dirigentes da oposição que se encontram no exterior, porque a questão da paz não diz respeito apenas à UNITA, mas a todos os angolanos".

Em sete páginas dactilografadas, Jonas Malheiro Savimbi explicou "a toda a nação" angolana "as medidas que a UNITA tenciona tomar para que a paz volte a reinar em todo o espaço nacional". E começou por afirmar que o seu desejo de chegar a um acordo com o governo de Luanda é sério e a sua aposta na paz muito sé-

ria; para logo a seguir comentar que "há uma máquina infernal de desinformação montada com o MPLA e para o MPLA, para fazer crer que a UNITA pegou em armas por ter perdido as eleições legislativas de Setembro de 1992".

Segundo ele, "ninguém devia esquecer que o resultado das eleições foi proclamado no dia 17 de Outubro, mas as confrontações armadas só começaram em Novembro, depois dos massacres de Luanda". Pelo que a causa da guerra não será uma contestação do resultado das legislativas, "mas sim a obrigação moral e física da UNITA se defender da liquidação a que estava votada pela raiva e pelos ressentimentos do MPLA".

Continua na pág. 7

Parlamento da África do Sul aprovou uma nova Constituição

PÚBLICO, 23.12.93

O funeral do apartheid

Fernando Sousa

O parlamento sul-africano aprovou ontem as 223 páginas da nova Constituição que liquida 341 anos de domínio branco na África do Sul. Nelson Mandela promete que este será o último Natal dominado pelos brancos.

No mesmo edifício onde os brancos puseram e dispuseram durante quatro décadas do dia-a-dia do país, o parlamento sul-africano reuniu-se ontem para adoptar a Constituição que deve-

rá reger transitoriamente a África do Sul até às eleições de 27 de Abril. Depois, entre discursos de despedida, vaticínios de desastre e algumas — poucas — palavras de esperança, morreu.

Eram 14h48 quando a agência Reuter noticiava, da Cidade do Cabo, que as três câmaras do parlamento agonizante tinham aprovado por 237 votos contra 45 (132 contra 42 na câmara branca, 72 contra um na mestiça e 33 contra dois na indiana) o fim de uma era e o começo de outra, adivinhada pela extrema-direita parlamentar (Partido Conservador) e zulus como mortífera e desastrosa.

Ferdinand Hertzberg, presidente dos conservadores, deu o mote à sessão declarando, numa intervenção emocionada, que ela assinalava para a África do Sul "a transição do apartheid para o comunismo", uma vez que o novo texto vai permitir "um Governo totalmente centralizado, como o querem os comunistas", numa alusão ao Congresso Nacional

Africano (ANC, de Nelson Mandela).

O dirigente radical recordou depois a vontade, que permanece, dos africaners em obterem um estado separado, mas não especificou em que região da África do Sul o mesmo deveria ter lugar. "As fronteiras desta pátria devem ser determinadas pelas pessoas a partir de baixo", disse Hertzberg, defendendo o recurso a um referendo para se saber se as pessoas querem ou não um "Volksstaat", cuja formação deveria ser decidida até à Primavera.

O líder conservador avisou, enfim, que uma "guerra de libertação" começará se o estado africaner não for aprovado.

Mais optimista, mas não menos emocionado, Adriaan Vlok, líder do Partido Nacional (a formação do Presidente Frederik De Klerk, no poder) salvou a reunião afirmando que o que ela marca é o começo de "um futuro melhor, mais seguro e mais feliz para o povo" do país.

Enquanto isto, num edifício contíguo, sub-comissões multipartidárias reuniam-se pela primeira vez para supervisionar os últimos dias do Governo de Frederik De Klerk. As comissões, que acompanham as áreas da governação, incluindo as da Lei e da Ordem, Defesa, Finanças e Negócios Estrangeiros, respondem perante o Conselho Executivo de Transição (TEC, que iniciou as suas actividades no dia 7) e estão autorizadas a vetar decisões do gabinete de ministros susceptíveis de minar as eleições.

Emendas a caminho

A versão constitucional ontem aprovada não é, no entanto, a definitiva, uma vez que o Governo sul-africano, o ANC e a Aliança da Liberdade, formação que reagrupa a extrema-direita branca e

os conservadores negros, que não aceitam o texto tal como está, concordaram entretanto em prosseguir as discussões sobre emendas ao documento que deverá reger o país nos próximos cinco anos.

Terça-feira à noite, depois de uma maratona de 48 horas, as três partes acertaram no dia 24 de Janeiro como a data limite para um acordo sobre o eventual alargamento dos poderes das futuras regiões. Segundo uma proposta do ANC e do Governo, que deverá ser proximamente submetida à Aliança da Liberdade, esta compromete-se, em caso de acordo, aceitar a Constituição emendada, reconhecer as estruturas de transição, quer dizer, o TEC, cujos trabalhos estão actualmente bloqueados pela extrema-direita, e participar nas eleições do dia 27 de Abril de 1994, as primeiras abertas à maioria negra, e a aceitar os seus resultados.

Os representantes do bantustão do Hoputhathawana e do partido zulu Inkhata, membros da Aliança, já se manifestaram satisfeitos. Falta saber o que responderão os conservadores liderados por Ferdin Hertzberg. "Estão presentemente a tentar colocar-nos num comboio cujo destino desconhecemos", disse o chefe da extrema-direita citado pela agência Lusa.

Para Nelson Mandela, entretanto, uma coisa é certa: o próximo Natal será o último celebrado na África do Sul sob o domínio minoritário branco e 1994 será o ano da libertação, anunciou o líder negro numa mensagem enviada à Lusa, em Joanesburgo.

"Muitos perderam entes amados, pela violência criminoso que continua por reduzir (cinco pessoas, incluindo uma criança, foram ontem assassinadas na província do Natal por um grupo de vinte agressores, com uniformes castanho-claro, que atacaram a tiro uma exploração agrícola). Muitos mais perderam as suas casas e todos os seus bens", disse Mandela. "Milhões continuam a viver na pobreza subjecta que o apartheid e o Governo do Partido Nacional nos legaram", mas agora, "pela primeira vez, o futuro contém a promessa de um amanhã mais brilhante". ■

Continuação da pág. 6

Savimbi aposta no governo português

Recomeço das conversações

Mais adiante, anunciou que a delegação do seu partido às negociações que no dia 24 de Dezembro foram interrompidas em Lusaca parte de imediato para a capital zambiana, "com vontade firme de se encontrar um entendimento". A fim de demonstrar que a UNITA quer encontrar para Angola "um quadro jurídico e um quadro político-administrativo capaz de garantir a paz".

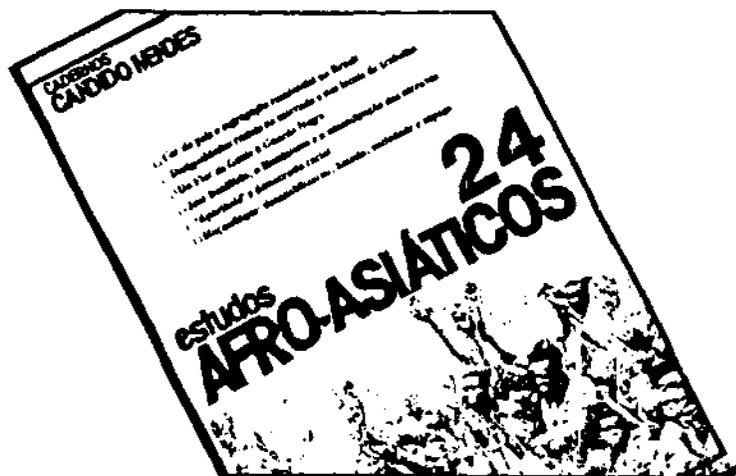
No entanto, logo observou que se isso não for possível pelo menos que haja um cessar-fogo global, que permita às organizações humanitárias continuarem a ajuda às populações atingidas pela fome e pela doença. Admite que a procura de equilíbrios político-administrativos "em todo o país" possa levar algum tempo; e sublinha que não chegam as garantias verbais, para que não se repitam "os erros de Bicesse".

Noutro ponto do texto, Savimbi agradeceu "a paciência" do representante especial do secretário-geral das

Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, que ontem ainda esteve em São Tomé e Príncipe, a conferenciar com o Presidente Miguel Trovoada sobre alguns aspectos do processo de paz angolano. Pois após a nova ronda das conversações zambianas deverá haver em São Tomé uma reunião entre os comandos militares de Luanda e da UNITA, a fim de se acertarem pormenores do cessar-fogo.

Depois, agradeceu a participação dos observadores no processo de paz e disse que os Estados Unidos, Portugal e a Rússia têm ainda um papel importante a desempenhar nas negociações, destacando que portugueses e angolanos têm em comum "a língua, a cultura e o sangue".

Quanto à França, à Alemanha, à Bélgica, ao Reino Unido, à Espanha e à Itália, entendeu que, "se venderem armas ao MPLA e ao reconhecerem José Eduardo dos Santos, que ainda é candidato à segunda volta das presidenciais, tornam o MPLA mais radical". ■



O adeus ao 'apartheid'

Lúcia Meireles

EXPRESSO, 24 11 93

«UM AMANHÃ mais brilhante», prometeu Nelson Mandela, o líder negro da África do Sul. Foram as suas palavras na sequência da histórica reunião do parlamento do seu país, na quarta-feira, que aprovou a nova Constituição do país. Uma verdadeira mensagem de Natal de apelo a que todos, «independentemente da raça, credo ou sexo, unam as mãos pelo fim da violência que desfaz o país».

O novo documento consagra o fim definitivo da discriminação racial no país, instituindo a democracia e as suas instituições, o Governo do país pelo partido mais votado, não importa a raça. Na sua sequência, serão realizadas eleições dentro de quatro meses e à organização mais votada caberá o cargo de Presidente e vice-presidente, ao lado de outros vices oriundos os partidos que obtiveram mais de 20 por cento de votos.

A Constituição é também um compromisso histórico: ela será válida apenas por cinco anos mas, já em Janeiro, deverão ser introduzidas as primeiras emendas, de molde a proporcionar o comprometimento no processo de transição das organizações extremistas, brancas e negras, reunidas na coligação de direita Aliança da Liber-

dade (AL).

Um acordo de última hora entre esta, o Governo e o Congresso Sul-Africano (ANC), a que preside Mandela, prevê que até ao fim do ano seja formalizada uma proposta de emendas constitucionais que garanta à AL as reivindicações que esta considera essenciais para participar no processo de transição, nomeadamente nas eleições de 27 de Abril, e aceitar a autoridade do Conselho Executivo de Transição, um organismo multiracial que supervisionará a actividade do Governo até às eleições.

No princípio da semana, negociações entre o ANC e a Frente do Povo Africaner (AVP — «Afrikaner Volksfront»), que faz parte da Aliança da Liberdade, conduziram a um acordo segundo o qual o primeiro reconhecia o direito à autodeterminação dos racistas brancos em troca da sua participação no escrutínio.

Mas discordâncias surgidas no seio da Aliança invalidaram posteriormente o acordo, nomeadamente porque a AL exigia que na Lei Fundamental constassem já as cláusulas relativas à criação de uma região autónoma branca na África do Sul, abrindo a porta a uma solução federalista no país.

Alguns dos grupos da AL (que

inclui, da parte negra, o partido zulu Inkhata e os dirigentes dos bantustões do Ciskei e do Bophuthatswana) rejeitaram os termos do acordo, considerando que a Constituição provisória não satisfazia as suas ambições federalistas. Num comunicado conjunto entre o ANC e a Frente do Povo Africaner, as duas organizações reconheciam apoiar a nova Constituição e aceitar as eleições.

Em contrapartida, o ANC, que todas as previsões indicam ser o vencedor do próximo sufrágio, comprometia-se a permitir a criação de uma região de governo autónomo para os brancos. A reivindicação de um «homeland» é feita também por alguns líderes negros opostos ao ANC, como Mangosuthu Buthelezi, que governa o bantustão Kwazulu, na província do Natal.

O acordo com o ANC previa a formação de um grupo de trabalho que estudaria a viabilidade de criação do «homeland» branco. Mas o contratempo no longo processo de transição sul-africano, iniciado em 1990 com a libertação da prisão de Nelson Mandela e a legalização do ANC, acabou todavia por não o comprometer em definitivo, devido à solução encontrada de promover emendas à Constituição.

Ansiedade domina o novo ano

PÚBLICO, 2 1 94

OS SUL-AFRICANOS saudaram 1994 com ansiedade, pois sabem que não será um ano qualquer. A ansiedade geral provém das profundas mudanças políticas que terão lugar nos próximos meses. E a grande maioria espera que o processo de democratização corra o mais rápido e pacificamente possível, enquanto uma minoria, pequena mas poderosa, sonha com o passado.

Neste período de transição, de um governo de minoria branca para um sistema de democracia plena, a sociedade sul-africana sofre paroxismos de violência e de paz. Nas festas da passagem de ano, o símbolo mais visível foi o da paz: dois pombo, um branco e um azul, representando as esperanças do povo. Entrou-se agora no "ano da paz" e milhões de sul-africanos vestiram ontem camisolas brancas com o desenho

dos dois pombos: "T-shirts" fabricadas localmente, vendidas apenas a dez randes (490 escudos) e cujos lucros se destinam à campanha nacional da paz.

A grande maioria dos brancos e dos negros deseja um período de transição pacífico. No entanto, a violência política na África do Sul continua a vitimar centenas de pessoas, e as notícias sobre as últimas chacinas já deixaram de aparecer na primeira página dos jornais, pois o público está farto. A violência política mata mais pessoas inocentes do que indivíduos envolvidos nas campanhas.

Na quinta-feira, um grupo de homens armados abriu fogo indiscriminadamente num bar da Cidade do Cabo. Não queria assassinar indivíduos específicos, não perguntou a ideologia das vítimas e não tentou roubar ninguém. O objetivo era puro e simples-

mente matar gente inocente.

O incidente não surpreendeu ninguém, a não ser os clientes do estabelecimento e as pessoas directamente atingidas pela chacina. Este tipo de matança já se tornou praticamente normal num país onde a espingarda automática AK-47 mata mais pessoas do que os milhares de automobilistas embriagados que circulam pelas estradas.

Português abatido

[Uma das vítimas mortais do atentado de quinta-feira à noite foi o português José Nselino Rato Machado Cerqueira, de 35 anos, natural do Minho, conforme identificação facultada ao PÚBLICO pelo encarregado de negócios de Portugal na África do Sul, João da Câmara. Cerqueira era o proprietário do restaurante Machado's, situado no

lado da Heidelberg Tavern onde os extremistas entraram, e, segundo algumas indicações, teria intervido a fim de tentar acabar com a tragédia, depois de três mulheres já haverem sido mortas. Na juventude, vivera em Moçambique, de onde passara para a África do Sul após a proclamação da independência daquele país, em 1975. Algum tempo depois ainda tentara fazer vida em Portugal, mas voltara a Joanesburgo, de onde há algum tempo se transferira para a região do Cabo.]

Vários grupos e partidos políticos responsabilizam a polícia pelo altíssimo nível de violência. A polícia quase nunca consegue prender os assassinos e durante as investigações frequentemente abusa dos seus poderes para intimidar os que a criticam.

Continua na pág. 9

Senhorios atingidos pelas nacionalizações reclamam as habitações — desde bons imóveis a palhotas — que lhes foram retiradas pelo Estado

Expropriados reclamam casas

Reinaldo Chilenque correspondente em MAPUTO
EXPRESSO, 24.11.93

O POPULOSO subúrbio maputense de Mafalala, berço de uma das maiores estrelas mundiais do futebol — o luso-moçambicano Eusébio — e local de residência da esmagadora maioria dos antigos e actuais governantes de Moçambique, está a ver germinar uma associação que se propõe incomodar os dirigentes da Frelimo.

Baptizada com a designação de Associação dos Proprietários Moçambicanos de Bens Nacionalizados (PROBEM), marcha sob o lema «A César o que é de César». Emergiu publicamente a 16 de Outubro, entregando duas semanas depois, no Ministério da Justiça, os documentos necessários para a sua legalização. Congrega mais de dois mil associados só em Maputo, que exigem a devolução das suas casas nacionalizadas seis meses após a proclamação da independência de Moçambique.

No início de Novembro, dezenas de pessoas encheram o pavilhão do Clube desportos de Mahafil, no bairro da Mafalala. Todas elas eram proprietários ou herdeiros dos bens atingidos pela investida nacionalizadora de Samora Machel, proclamada num dos seus mais célebres discursos, proferidos a 3 de Fevereiro de 1976 no antigo Estádio Salazar, hoje Estádio de Machava.

No final do encontro — para decidir acções para recuperar os bens «injustamente expropriados pela Frelimo» — o secretário-geral da PROBEM, anunciou que a associação estava preparada para «fazer tudo» se os seus apelos não fossem atendidos pelas autoridades. Até hoje, ainda não o foram.

Definindo-se como apolítica e apartidária, a PROBEM rejeita «interferências estrangeiras», depois de a organização não-governamental italiana MOLISV se ter disponibilizado para conceder um crédito, no valor total de 200 mil dólares, aos inquilinos do Estado que habitam as casas agora reivindicadas pelos membros da PROBEM, para a sua reabilitação.

Até as palhotas

A atitude da MOSLIV suscitara imediatamente uma violenta reacção da PROBEM, que, numa carta ao coordenador desta ONG, Fausto Beltrani, dizia que «nenhuma

posição unilateral deve ser tomada, venha ela donde vier, relativamente aos nossos bens, à nossa revolta» e declinava «qualquer responsabilidade pelas consequências imprevisíveis que daí possam advir».

Quase todo o parque imobiliário do país, incluindo casas de caniço, madeira e zinco, escaparam em 1978 à fúria das nacionalizações da Frelimo, vitoriosa após 10 anos de guerra contra a presença portuguesa, colocando o Estado na posse de praticamente todas as construções existentes em Moçambique. Os proprietários presentes no país ficaram apenas com o direito à casa em que habitavam.

O alvo inicial das nacionalizações foram, na realidade, as casas de construção definitiva — prédios de apartamentos e moradias —, que, praticamente, pertenciam a portugueses, embora também houvesse proprietários da «pequena burguesia nacional» moçambicana.

No entanto, a «ofensiva» nacionalizadora não poupou palhotas e casas de madeira e zinco de moçambicanos de gema, cujos filhos, hoje crescidos e chefes de família, se debatem com a falta de habitação — enquanto as casas dos seus pais são ocupadas por inquilinos que pagam rendas ao Estado ou, em alguns casos, por «estruturas» que as ocupam gratuitamente.

Inquilinos ilustres

Segundo o secretário-geral da PROBEM, Isac Aly Amade, em algumas dessas casas viveram «em tempos» como inquilinos muitos dos dirigentes moçambicanos oriundos de fora de Maputo, como Samora Machel, Joaquim Chissano, actual chefe de Estado, Pascoal Mocumbi, ministro dos Negócios Estrangeiros ou Armando Guebuza, dos Transportes e Comunicações.

Aly Amade não afasta a hipótese de, «por vingança», os dirigentes da Frelimo se terem «equivocado de propósito», nacionalizando até palhotas construídas de caniço, madeira e zinco. «Diziam que éramos 'pequeno-burgueses' e, como os proprietários dos prédios, constituíamos uma 'ameaça à revolução socialista' e devíamos ser combatidos, sob a palavra de ordem 'matar o jaca-

ré ainda pequeno».

A Frelimo diz que Moçambique renunciou ao socialismo e enveredou pela «economia de mercado». E, em 1992, o ministro da Construção e Águas, João Salomão, anunciou a decisão governamental de privatizar os apartamentos e moradias da «cidade do cimento» a favor dos seus actuais ocupantes.

Não tardou que comessem a ser publicados quase todos os dias, no principal jornal do país, longas listas de candidatos à compra da habitação onde moram, em Maputo, onde o processo está mais avançado do que noutras cidades do país. Já desfilaram nomes de quase todos os principais dirigentes e famílias de Moçambique, muitos dos quais vivem no bairro chique de Sommerschild.

Mas a medida, apontada pela Renamo de favorecer «membros da Frelimo» está já a «beneficiar» também a oposição. A mais destacada figura oposicionista que entregou a documentação necessária para a compra da sua residência ao Estado (embora ele o desmintia) é o «número dois» do movimento de Afonso Dhlakama, Raul Domingos, que também vive na zona chique da capital de Moçambique. Casimiro Nhamitban, líder do pequeno partido SOL, aliado da Renamo, fê-lo há bastante tempo.

Nesta onda reprivatizadora, os objectivos das autoridades de Maputo serão acarinhar o eleitorado das zonas urbanas, sendo a «pedra no sapato» a questão das «casas de construção precária» pertença de moçambicanos, muitos dos quais de muito baixos rendimentos.

Em Maio de 1992, o Governo moçambicano propusera-se resolver a questão mediante uma lei que prevê uma «compensação» ou o estabelecimento de uma «renda vitalícia» aos antigos senhorios moçambicanos de «casas precárias» ou seus herdeiros nos termos da lei. Todavia, passados quase dois anos sobre a publicação da lei, o Governo ainda não regulamentou a sua aplicação, aliás repudiada pelos antigos proprietários, alegadamente por «não acautelar» os seus direitos.

«Apenas queremos a devolução das nossas casas, e nada mais», dizem homens como Amaral Fanice, de 70

anos, aposentado das telecomunicações de Moçambique (TDM) e proprietário de nove palhotas em dois bairros periféricos de Maputo. Fanice garante que não recebe nada das suas casas, porque na altura da sua nacionalização ainda trabalhava. Agora diz-lhe que «já está atrasado». «Uma das minhas casas está a ser ocupada por um bandido dos 'Grupos Desanimadores', designação pejorativa aos 'Grupos Dinamizadores', células de base da Frelimo», desabafa.

Chan Vicenta Cheong, 55 anos, descendente de chineses de Cantão, diz por seu turno que vive numa casa alugada, sem posses para continuar a pagar renda à Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE). Juntou-se à PROBEM para reivindicar um prédio de três andares deixado pelo pai na baixa de Maputo.

Falta de «papéis»

O grande problema é que a maioria dos membros da PROBEM não tem documentação completa que prove a titularidade das casas nacionalizadas. Quase todos têm um ou outro «papelinho» amarrado como «prova», embora garantam que as «pessoas sabem que somos nós os donos das casas».

Dois despachos, um do Conselho Executivo da Cidade de Maputo e outro do Ministério da Construção e Águas, foram enviados ao secretário-geral da PROBEM, informando-o do indeferimento dos seus requerimentos reivindicando a devolução da sua casa em Mafalala.

Aly Amade diz que a agremiação que dirige está aberta a «todos os espoliados», incluindo os que estão no estrangeiro. «Pode fazer o favor de referir que a nossa Caixa Postal é 2879 em Maputo», pede, afirmando estar a considerar a sua candidatura às presidenciais, como independente, se o líder da Renamo não fizer uma declaração inequívoca de que devolverá casas se vencer as eleições.

Segundo diz, Afonso Dhlakama «achou justa» a reivindicação dos antigos proprietários mas, até agora, limitou-se a fazer tímidas declarações sobre o assunto.

Reinaldo Chilenque
correspondente em MAPUTO

JOSÉ CRAVEIRINHA

«Governo tem que devolver»

EXPRESSO, 24 11 93

O EDIFÍCIO-SEDE da antiga Associação Africana, criada em 1908 com o objectivo de defender, preservar e difundir a cultura e direitos dos naturais de Moçambique, não escapou às nacionalizações.

Serviu sucessivamente de sede de «Grupos Dinamizadores» e do Clube dos Desportos Matchedje, das Forças Armadas de Moçambique. Foi recentemente cedido a um grego que está a transformá-lo em clube nocturno. Fica a escassos metros do Palácio da Assembleia da República - Parlamento moçambicano. Os antigos associados, incluindo o poeta vencedor do prémio Camões de 1991, José Craveirinha, 71 anos, estão em pé de guerra e reivindicam a sua devolução.

EXPRESSO — Quando foi construído o edifício-sede da Associação Africana?

JOSÉ CRAVEIRINHA — Foi construído nos anos 40, com muito esforço dos associados, que deram contribuições monetárias e recorreram a um empréstimo bancário.

EXP. — Qual foi a pior consequência da tomada do edifício da Associação?

J.C. — O espólio de todo o património, praticado pelo «Grupo Dinamizador» que ali se instalou. Destruuiu todo o arquivo — um verdadeiro património cultural —, as colecções dos jornais, fotografias. Chorei quando um dia fui ver, com os meus olhos, exemplares do mais antigo jornal bilingue de Moçambique, «O Brado Africano», a

servir de papel higiénico.

EXP. — E os associados não se movimentaram contra a tomada do edifício?

J.C. — Fazer o quê? Recorrer a quem?

EXP. — Mas...

J.C. — Aquilo foi uma tomada de medidas dum maneira indisciplinada, sem qualquer objectivo verdadeiramente político, porque não era aquela associação que devia ser intervencionada. São os casos do «Centro Associativo dos Negros» e o «Centro dos Naturais». Levaram, espoliaram... Aquilo foi uma intervenção militar, um acto ilegalíssimo.

EXP. — E o que é que os membros da Associação fizeram quando tomaram conhecimento da transformação da sua antiga sede em clube nocturno?

J.C. — Primeiro constou que, com estas transformações, nos seria devolvido o imóvel. Após este novo desenvolvimento, eu próprio telefonei ao primeiro-ministro (Mário Machungo), dando-lhe conta da ocorrência. Pouco antes, o presidente da Assembleia da República (Marcelino dos Santos) tinha-me dito para fazer um requerimento, pedindo aquela casa ao Governo. Eu disse-lhe imediatamente: «Não, desculpe Marcelino, mas não, não vou pedir aquilo que é meu, exijo a sua devolução». Se o Governo reconhece que a intervenção foi um equívoco, então que devolva. E não é dar, é devolver. Nós estamos à espera, até o Governo podia fazer uma cerimónia de devolução... seria belo (risos).

EXP. — No seu entender, qual será o desfecho desta contenda?

J.C. — O Governo terá de embargar as obras e devolver-nos as instalações. Ou julga que este Governo não tem pessoas capazes de impedir mais abusos, principalmente de estrangeiros, aqui no nosso país? Eu acredito, porque conheço a maior parte dos actuais dirigentes, que são sensíveis e capazes de restaurar a legalidade, senão ficará sempre como uma mancha para este Governo — e este Governo é a Frelimo.

R.C.

Balanço frouxo da cimeira da sida em Marraquexe

África quase não fala de "prevenção"

PÚBLICO, 18 12 93

PREVENÇÃO. Mais uma vez, uma cimeira internacional sobre sida, esta dedicada em exclusivo à situação em África, acabou com esta palavra. Prevenção. Que continua a ser, ao fim de 13 anos, a "melhor arma" contra a pandemia, repetiram os especialistas na cimeira de Marraquexe, que acabou na quinta-feira à noite. Mas se a prevenção é difícil no Ocidente, imagine-se em África, continente pobre, com taxas de analfabetismo incriveis, dezenas de guerras civis e países onde a religião torna quase impossível falar sobre sexualidade.

A começar por Marrocos, país anfitrião desta cimeira. "Num país onde a mulher continua a não poder pedir um passaporte ou abrir uma loja sem a autorização do marido ou de um parente próximo, onde a sexualidade do homem é exaltada e a da jovem mulher nunca evocada, há muito a fazer", sintetizou Hakima Himmich, chefe dos serviços da Doenças Infecciosas

do Hospital Ibn Rochd de Casablanca e fundadora da Associação de Luta Contra a Sida.

"Os homens que sabiam que estavam seropositivos contaram-lhes as suas mulheres mas exigiram-lhes um certificado de virgindade...", disse outro membro da associação marroquina, Latefa Imane. Por tudo isto é preciso, para falar sobre sida e prevenção, utilizar um código. Há palavras que não podem ser referidas. Preservativo, impotência ou sexo anal são exemplos. "Uma mulher que tira os chinelos e os vira com a sola para cima quer dizer que o marido a obriga a fazer sexo anal", explica Imane.

Mesmo assim, o Norte de África não é a região mais afectada pela sida. A grande novidade hoje é o Sul de África, onde a progressão do vírus é, de longe, a mais rápida em todo o continente: Zâmbia, Malawi, Zimbabwe, Suazilândia são exemplos. Mas é na África central e oriental que continua a haver mais casos de sida e seropositivos. "Uma

mulher em cada três, nas maternidades de Francistown, no Botswana, é portadora do vírus da sida", disse Michael Merson, director do Programa Global da Sida da Organização Mundial de Saúde (OMS), em Marraquexe. E além de ser uma nova região, apresenta também um problema novo: a pandemia atinge aqui as cidades e o campo, indiferentemente. "Será por causa da facilidade de transportes? Seja o que for, isto põe-nos novos problemas", disse Merson.

A maioria dos novos infectados em África — 3500 todos os dias — são jovens, cada vez mais jovens, entre os 15 e os 24, e sobretudo mulheres.

Um exemplo: em Nuirubi, capital do Quênia, 75 por cento das prostitutas estavam infectadas em 1991, contra apenas 7 por cento em 1980. Mas o problema é geral e no Uganda há aldeias inteiras que pura e simplesmente desapareceram. "Só na década de 90, mais de nove milhões de crianças africanas ficaram órfãs".

Mesmo assim Michael Merson não mostra desespero. E diz que em 1986 o Gana era o único país em toda a África que tinha um programa de incentivo ao uso do preservativo. Hoje, disse em Marraquexe, decorrem campanhas de prevenção em dezenas de países e esperam-se novos projectos no Senegal, Congo, Gabão, Madagáscar, Nigéria, Niger e Lesoto. "Ao contrário do que se pensa" a África deu o exemplo em matéria de cuidados.

Mas a VIII Conferência de Sida em África vai marcar alguma mudança? Poucos acreditam, apesar do apelo de Simone Veil, ministra francesa da Saúde, para que os países ricos ajudem o Terceiro Mundo no combate à sida. Aliás, mesmo o optimismo de Merson parece incompreensível, uma vez que o próprio orçamento de 1993 do Programa Global de Sida da OMS não foi aumentado: mantém-se nos 80 milhões de dólares (cerca de 14 milhões de contos). ■

Entrada em vigor do Acordo Ortográfico adiada para data incerta

PÚBLICO, 3 1 94

O dilema de Sócrates

Clara Barata

Teria sido já no primeiro dia do ano que agora entra que o nuíto badalado e apupado Acordo Ortográfico entraria em vigor. Mas não será tão cedo que as consoantes mudas serão eliminadas da língua portuguesa. A falta de ratificação do documento pelo Brasil e pela maioria dos países lusófonos inviabiliza a sua aplicação. Mas Portugal também não estaria preparado para usar as novas regras já em 1994.

Só sei que nada sei." O supremo dilema de Sócrates tem semelhanças inquietantes com o estado presente do Acordo Ortográfico. Deveria ter entrado em vigor a 1 de Janeiro de 1994. Mas como Portugal e Cabo Verde são os únicos dos sete países abrangidos que ratificaram o documento, ninguém faz ideia nenhuma de quando irá entrar em vigor. Nem de como se passará da teoria à prática.

Os parlamentos do Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe ainda não ratificaram o texto do Acordo, assinado pelos sete países a 16 de Dezembro de 1990. Problemas vários fizeram com que as boas intenções ortográficas que tanta tinta já fizeram correr tenham emudecido. A Secretaria de Estado da Cultura (SEC), por ora, espera para ver.

Mas se tudo tivesse corrido bem, e o Acordo realmente entrasse em vigor agora em Janeiro, muitas dúvidas haviam de surgir a toda a gente: editores, professores, jornalistas e cidadãos em geral seriam apanhados algo desprevenidos. É que todos os trabalhos preparativos da entrada em vigor da nova ortografia ou estão por fazer ou encontram-se apenas numa fase de expressão de boas vontades.

"O Acordo, por agora, é pura ficção. Nada foi feito. Não pode entrar em vigor", afirma Salles Lane, presidente do Grémio Literário — uma das entidades envolvidas no Movimento Contra o Acordo Ortográfico. "Faleceu o Acordo. Agora é só esperar que o cadáver arrefeça", declara.

O factor brasileiro

"Acho que não podemos ser optimistas ao ponto de dizer que a aprovação se fará ainda este ano. Mas não era de esperar que entrasse em vigor a 1 de Janeiro de 1994, com todos os contratemplos vividos pelos Estados membros", diz o embaixador brasileiro em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que é a alma-mãe de um projecto gémeo da unificação da ortografia utilizada por perto de 200 milhões de pessoas: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

"Não posso fazer previsões, seria temerário fazê-las", afirma o representante em Lisboa do país que tem mais falantes da língua de Camões, com os seus perto de 147 milhões de habitantes. Ainda assim, José Aparecido de Oliveira arrisca ainda um rasgo de optimismo: "Não tenho dúvidas de que, dentro do próximo ano, seja ratificado. É uma realidade imperativa." Mesmo com a mudança de figura à frente do Ministério da Cultura do Brasil: "Luís Roberto do Nascimento Silva é um advogado com grande experiência, bem informado sobre o assunto", assegura.

"Stand-by" enervante

Menos optimistas estão os editores portugueses. Não sabem que contas fazer à vida, quando começar a planear livros impressos segundo a nova ortografia. "É ponto assenté que o Acordo não entra em vigor em Janeiro. Tanto quanto sabemos, está tudo em 'stand-by'", diz Sousa Pinto, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL).

As perguntas que surgem são muitas, e os cálculos, por alto, dos prejuízos, assustadores. "É muito difícil apre-

sentar números gerais exactos. Mas é consensual que os prejuízos serão, de certeza, para cima de dez milhões de contos. Se se ficarem pelos onze milhões se chegarão aos 20, ninguém sabe".

Como caricatura desta situação pode contar-se o caso das Publicações Alfa, que têm uma enciclopédia pronta a sair, nos primeiros meses de 1994. Mas escrita em que português? Naquele que todos aprendemos na escola ou no novo? "Já decidimos. Vamos aplicar a ortografia hoje em vigor. Se entretanto entrar em vigor o Acordo, também não é automaticamente que as pessoas vão começar a escrever da nova maneira, o tempo é que a há-de ir impondo", diz Francisco Lyon de Castro.

Mas as coisas não são assim tão simples. "É uma enciclopédia de dez volumes, a publicar ao longo de dois anos, e representa um investimento de mais de 100 mil contos. Mas será altamente desprestigiante, tanto para a obra como para a editora, se, a meio da publicação, começar a ser impressa numa ortografia diferente, se o Acordo entretanto entrar em vigor", afirma Francisco Lyon de Castro. Arriscar já a escrever as cerca de 600 palavras com supressão de consoantes mudas sobre as quais incide a reforma ortográfica também não é viável. "Ninguém ia entender porque é que fazíamos isso, e era capaz de provocar repulsa ao público", diz o editor.

"Temos tudo preparado para utilizar a nova ortografia. Mas isso significa desfazer o que foi feito até agora. Para tomar essa decisão, é preciso saber datas concretas", acrescenta. E com uma certa antecedência, porque um livro não se faz do pé para a mão. "A Europa América [editora em que também tem interesses] publica 20 ou 25 livros por mês. Mas todos têm de ser preparados. E como é que vamos planear os que vão sair daqui a meio ano? Com que ortografia é que vão ser impressos?", interroga Lyon de Castro.

Por isso é que os editores estão ansiosos por saber quando se prevê que o Acordo entre em vigor, de uma vez por todas. "A SEC mostra-se aberta a encontrar soluções para diminuir os prejuízos, mas de concreto não

há nada. Estamos dependentes da ratificação do Brasil e dos países africanos", diz o presidente da APEL.

Como ensinar uma nova ortografia

Como é que se pode explicar a uma criança de escola que, embora as regras do Acordo Ortográfico permitam que uma palavra portuguesa se escreva diferentemente, de acordo com variações de pronúncia regionais, "baca" não é propriamente a mesma coisa que "vaca", ainda que as pessoas mais próximas ao aluno pronunciem assim o nome do animal? São questões como esta que se propôs estudar o grupo de trabalho para preparação da aplicação do Acordo Ortográfico no sistema educativo, criado pelo Ministério da Educação em 1991. Representados estavam vários departamentos ministeriais, bem como universidades, institutos superiores politécnicos e outros especialistas, além da APEL.

Em meados deste ano, a presidência desta comissão passou para o Instituto Camões. "É nunca mais houve reunião nenhuma", diz Mário Cerqueira Correia, director-geral da Asa e responsável pela área dos livros escolares, representante da APEL neste grupo. "Tem-se estado a coligir os estudos e pareceres pedidos na primeira fase dos trabalhos", explica Luís Adão da Fonseca, presidente do Instituto.

"As coisas estão bastante atrasadas", reconhece Adão da Fonseca. "Este grupo deveria estar preparado para ter materiais de informação, por exemplo folhetos, de apoio ao ensino básico e secundário, prontos para quando entrasse em vigor o Acordo. Neste momento, é impossível concluir as coisas até à data fixada", acrescenta.

A enorme colecção de papéis reunidos foi entregue, há poucos dias, à nova ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite, por Luís Adão da Fonseca. É que o Instituto Camões quer desvincular-se deste processo, porque a sua tutela vai passar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mas, diz o presidente da instituição, "se o Acordo for, e quando for, para a frente, têm de se transformar os pareceres em folhetos". A forma de o fazer cabe a Manuela Ferreira Leite, que está a estudar para o enorme exame que a sua nova pasta governamental lhe vai apresentar. ■

Solução informática

PÚBLICO, 3 1 94

A conversão dos dicionários

"A QUESTÃO Ortográfica", o livro em que a deputada do Partido Socialista e presidente eleita da Câmara de Sinta, Edite Estrela, explica o Acordo, através de um prontuário exemplificativo, teria saído em cima da data em que entraria em vigor a nova forma de escrever português. E, segundo a editorial Notícias, que o publicou, "está a vender bem, embora seja cedo para adiantar números". O certo é que várias livrarias já esgotaram os 12 exemplares iniciais, e pediram reposição. Mas a sua função de manual dos primeiros dias da nova ortografia acabou por ser defraudada, porque se lhe antecipa.

O novo dicionário da Academia de Ciências de Lisboa deveria ser o primeiro a contemplar a nova ortografia, além de ver-

sar sobre o português actual, pouco contemplado nas edições envelhecidas disponíveis no mercado. "É uma obra selectiva, apenas contempla cerca de 60 mil entradas lexicais. Pretende aprofundar a ampliar a rede de relações associativas e sintagmáticas entre as palavras. São registados sinónimos, antónimos, diferentes acepções da palavra e expressões idiomáticas a ela ligadas", explica Malaca Casteleiro, o linguista responsável pela equipa que, desde 1988, trabalha neste projecto.

Mas este dicionário só deverá ver a luz do dia em 1996. E, entretanto, também vive na incerteza de ser ou não escrito à luz do Acordo. "Gostaríamos que saísse já com a nova ortografia fixada, esforçá-

mo-nos por isso. Mas como o documento não está ainda ratificado pelo Brasil e pela maioria dos países africanos lusófonos, não sabemos que será possível", diz Malaca Casteleiro.

Caso saia com o português que ainda se escreve hoje, existe um programa informático de conversão de uma ortografia para a outra. O problema é se acaba por sair pouco tempo antes de ser instituída a reforma. "Embora o Acordo abranja um número limitado de palavras, o dicionário ficará muito desactualizado. Isso levantaria problemas de ordem comercial, porque teríamos de esperar que esgotasse a primeira edição para lançar a actualização", salienta. "Quando

chegar a altura de o editar, logo se verá o que é mais prudente", refere Luís Adão da Fonseca, presidente do Instituto Camões, que apoia a elaboração do dicionário.

Soluções idênticas foram adoptadas pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, entidade que patrocina a elaboração do "Dicionário Essencial do Português Contemporâneo", um projecto encomendado, em 1992, pela Secretaria de Estado da Cultura. Meados de 1995 é a data de saída prevista.

A filóloga Maria Leonor Buescu, professora na Universidade Nova, é quem chefiava a elaboração deste dicionário, de âmbito mais restrito que o da Academia das Ciências: apenas 15 mil palavras, mas registando as variantes brasileiras. Também neste caso estão equipados com um programa informático que poderá fazer a conversão para a nova ortografia rapidamente. • C.B.

Os custos da mudança

A angústia dos editores antes do Acordo

PÚBLICO, 3 1 94

AS DÚVIDAS que assaltam os editores quanto ao Acordo Ortográfico são muitas. É que, mais do que qualquer outro sector da sociedade, terão de pagar do seu dinheiro os custos da reforma — se o Estado não os apoiar, claro. Mário Cerqueira Correia, director-geral da Asa e representante da Associação Portuguesa de Editores e Livrarias no grupo de trabalho do Ministério da Educação para a preparação da entrada em vigor da nova ortografia, compilou os principais problemas e fez algumas contas.

A primeira questão que surge à baila é o do período de vigência dos manuais escolares. Consoante o nível de ensino, estes livros têm de permanecer inalterados durante três ou quatro anos. O final dos actuais prazos de validade oscila entre 1994 e 1996. É fundamental, portan-

to, "definir com a antecedência mínima de 18 meses qual o ano lectivo em que se fará a mudança, se a mesma será feita em todos os anos de escolaridade ao mesmo tempo, ou se será faseada", afirma o director-geral da Asa.

Com esta antecedência, diz o responsável editorial, será possível conseguir uma actualização com relativa rapidez, porque os manuais são elaborados electronicamente. Mas a actualização tem custos. Mais precisamente, um aumento entre "15 e 20 por cento" do preço de capa.

Livros com grande quantidade de texto, como dicionários, gramáticas, livros para-escolares e para os níveis de ensino mais adiantados, bem como os de literatura em geral, são um caso ainda mais bicudo à luz do Acordo Ortográfico. A actualização da sua grafia "implica tempo

e custos elevados", afirma Mário Cerqueira Correia.

Será necessário "prever um período de dois a quatro anos para o aparecimento de edições actualizadas" e, destaca, "aumentos de preço de 30 a 50 por cento". Cada página revista e emendada, contanto com a execução de um novo fotolito e substituição e montagem do preto custará entre os 15 mil e os 30 mil escudos", contabiliza.

Os livros com muito texto podem ser também de venda média e lenta e é aqui, segundo Mário Cerqueira Correia, que se concentrarão os grandes prejuízos editoriais. São os dicionários e enciclopédias em vários volumes, livros técnicos e de ensino superior, muitos títulos de literatura clássica e alguma contemporânea, colecções de ciência, filosofia, atlas. Neste sector "os 'stocks' duram normal-

mente mais de quatro ou cinco anos, chegando a atingir dez e mais", afirma o editor.

"Garantir uma actualização generalizada", segundo Mário Cerqueira Correia, "é quase impossível". É que, defende, os custos de inutilização das existências, somados aos da actualização, "tonariam o preço final inoportuno". Portanto, é de esperar que, "dentro de dez anos, existam muitos livros à venda com a grafia antiga", sobretudo se não têm suporte informático, e for preciso fazer tudo de novo.

Sem apoios do Estado, ou mesmo da Comunidade Europeia, conclui o editor português, não será possível ultrapassar "a grave situação" em que a entrada em vigor do Acordo Ortográfico coloca os editores portugueses. • C.B.

Brasil

Resistências parlamentares

PÚBLICO, 3 1 94

SÓ MESMO um milagre faria o Parlamento brasileiro aprovar o Acordo Ortográfico antes de 1 de Janeiro. A matéria está fora da ordem do dia da Câmara dos Deputados pelo menos até amanhã. Além disso, encontra a oposição de parlamentares de prestígio, como os deputados Vidal do

Rego e Sandra Cavalcanti.

O Acordo está há quatro meses em regime de "urgência legislativa" na Câmara dos Deputados. Se, até agora, não foi sequer discutido em plenário, resta saber se haverá algum interesse político na sua aprovação, mesmo fora do prazo. A essa questão soma-se

outra: assoberbado com as discussões do Orçamento, o inquérito da corrupção e o plano de estabilização económica do Governo, encontraria o Parlamento brasileiro um espaço na sua agenda para discutir um Acordo já considerado "letra morta" quando for a votação?

Das vésperas de Natal ao final do ano não havia, em Brasília, um único deputado capaz de antecipar uma solução para o impasse. A assessora parlamentar do Ministério da Cultura, Marilane de Albuquerque, disse ao PÚBLICO que a única saída legal para a vigência do Acordo será um alargamento do prazo. Neste caso, caberia ao Governo brasileiro a iniciativa de negociar

Continua na pág. 14

Marconi reforça presença em África

A GUINÉ-TELECOM, empresa que é detida pela Marconi e o Estado guineense, com quotas de 51 e 49 por cento, respectivamente, assinou com o Banco Europeu de Investimento (BEI) um contrato para o financiamento do projecto de feixes hertzianos Gabé-Bissau no montante de quatro milhões de ecus — cerca de 800 mil contos.

O empréstimo, que significa um reforço da presença da Marconi em África, tem por objectivos proceder à instalação na Guiné de 600 novos telefones com acesso directo ao tráfego internacional, a digitalização da rede e a ligação aos países da África Ocidental. Do total do investimento implicado no projecto, cerca de 1,5 milhões de ecus são suportados pela própria Guiné-Telecom. Carlos Pinheiro da Silva, director do departamento de mercado de África na Marconi, afirma que este é mais um passo para tornar o território guineense «num ponto de saída do tráfego de outros países», através da digitalização completa das telecomunicações.

No primeiro semestre do próximo ano, a Guiné-Telecom espera obter mais um financiamento, superior a 1,5 milhões de contos, junto de uma instituição financeira internacional. O motivo é concluir, em 1996, a monta-

EXPRESSO, 24.12.93

gem de equipamento digital que, segundo Silva Pinheiro, tornará a Guiné «num país de ponta» no sector das telecomunicações.

Os negócios em África têm vindo a assumir uma preponderância cada vez maior na Marconi, que se consubstancia no facto de este ser o único departamento que reporta directamente ao presidente da empresa, Sequeira Braga.

Em termos numéricos, incluindo as comunicações de longa distância, África representa 23 por cento do volume de negócios da Marconi. No término do corrente ano, a empresa espera facturar 8,7 milhões de contos e projecta, para 1994, um encaixe de 9,1 milhões de contos. Em termos de operações, os ganhos da Marconi, em 1993, serão de 2,3 milhões de contos (ver quadro).

Neste continente, uma das finalidades da Marconi — que através de empresas de parceria já tomou posição em seis países africanos — é criar uma rede de dados, a África-Net, que fornece informação sobre todos os países onde está envolvida no negócio das telecomunicações. Como primeiro passo, o grupo vai disponibilizar, em finais de Janeiro, uma rede de dados sobre Cabo Verde com circulação de informação inter-ilhas, ao mesmo tempo que tem em marcha contactos para entrar no negócio das telecomunicações fora do uni-

verso PALOP.

Silva Pinheiro revela existirem «aproximações» para o fornecimento de serviços de comunicações móveis, por exemplo, no Uganda, na Tanzânia e na Zâmbia. «No âmbito da redefinição estratégica introduzida pela CN, a Marconi tem dois continentes estratégicos, África e América do Sul, mercados a «atacar» através da formação de mais empresas mistas», sublinha o responsável da Marconi. E o mercado é atractivo. Enquanto na Europa 45 entre 100 habitantes possuem telefone, na África sub-sariana a proporção dos cidadãos que dispõem deste equipamento é de 2 para 100. Questionado sobre as vantagens da Marconi neste continente, face à

concorência, Silva Pinheiro diz que «há, da parte dos parceiros africanos, uma apetência para escolher quem tenha o 'know-how', mas não esteja enfeudado a um fabricante».

Nos PALOP, a Marconi irá também intervir em 1994 no serviço «paging», a introduzir em Moçambique através da Teleserve. Esta empresa é detida em partes iguais pela TDM (Teledifusão de Moçambique), a Telecom e os TLP, prevendo-se que, no âmbito da estratégia da CN, a participação portuguesa venha a ser tomada pelo grupo liderado por Sequeira Braga.

Colso Filipe

Operações em África

Países	Áreas de Intervenção	Volumen de Negócios Estimado em 1993 (em contos)
Guiné	• Telecomunicações Públicas • Listas e Directórios • Comunicações Móveis - Trunking	1 175 000
São Tomé	• Telecomunicações Públicas • Listas Telefónicas	570 000
Cabo Verde	• Listas e Directórios (Directa)	27 500
Moçambique	• Comunicações de Dados • Listas Telefónicas • Assistência Técnica	190 000
Angola	• Projecto de Rede de Longa Distância • Directórios (Inforangola) • Assistência Técnica	134 000
Guinéa	• Listas e Directórios	228 030

FONTE: Marconi

Continuação da pág. 13

Resistências parlamentares

a nova data com o Governo português. Passado o último dia do ano, porém, o Acordo Ortográfico deixará de existir, nos termos actuais.

Enquanto era ministro da Cultura do Brasil, o filólogo António Houaiss tinha como certa a vigência do Acordo Ortográfico a partir de 1 de Janeiro de 1994. Em Maio, o ex-ministro declarou ao PÚBLICO que a grande maioria dos parlamentares considerava «indispensável» a unificação ortográfica. Apesar disso, sempre faltou quorum para a votação e, com a saída de Houaiss, começaram a surgir focos de resistência ao Acordo.

O deputado Vidal do Rego, relator da Comissão de Justiça e Redacção da Câmara dos Deputados, foi o primeiro a levantar barricadas contra a apreciação do documento pelo Parlamento. Um acordo de lideranças, negociado por

Houaiss, evitou que a unificação ortográfica passasse pelo crivo da Comissão de Justiça e Redacção, mas foi insuficiente para levar o documento directamente ao plenário. Numa das raras ocasiões em que o Acordo esteve prestes a ser votado, a deputada Sandra Cavalcanti conseguiu retirá-lo da agenda.

O substituto de Houaiss, Jerónimo Moscardo, já encontrou o Acordo em regime de «urgência urgentíssima» no Parlamento, mas não demonstrou o mesmo empenho do seu antecessor pela aprovação do documento. Caberá agora ao novo ministro da Cultura, Luiz Roberto Nascimento e Silva, retomar os entendimentos com as lideranças parlamentares e orientar o Governo a viabilizar uma saída legal para o impasse. ■

João Bosco Jardim,
no Rio de Janeiro

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R, 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.



I M P R E S S O